



Sérgio Gomes da Silva e Sara Pereira (Coord.)
Atas do 2.º Congresso "Literacia, Media e Cidadania"
2014, Lisboa, Gabinete para os Meios de Comunicação Social
ISBN: 978-989-96478-3-1

RadioActive Europe: jovens, o digital e as suas comunidades

Maria José Brites (britesmariajose@gmail.com)

CIMJ/FCSH e ULP

Ana Margarida Ferreira Rato Jorge (anajorge@fcsch.unl.pt)

CIMJ/FCSH e Inova

Sílvio Correia dos Santos (silviocorreiasantos@gmail.com)

CIMJ e UC

Catarina Carmona Graça Dias Navio (catarina.navio.cc@gmail.com)

CIMJ

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma discussão sobre as potencialidades da rádio e dos *media* digitais para uma educação para os media. Esta contextualização, que inclui o contexto português relativamente ao uso da rádio como meio em contexto educativo, pretende criar o pano de fundo para a exposição da metodologia aplicada pelo consórcio europeu RadioActive Europe, estruturada em pressupostos de investigação-ação, concentrados em formas de empoderamento que efetivamente constituam elementos de crescimento curricular dos jovens envolvidos e que possam ser usados na procura de emprego. Em seguida, estaremos em condições de expor e refletir sobre os dados preliminares de aplicação do projeto, que decorre entre 2013 e 2014 em cinco países europeus, centrando-nos em processos de ligação ao digital e de ligação à comunidade envolvente.

Palavras-chave: RadioActive Europe, jovens, competência digital, cidadania.

1. Introdução

Neste artigo, discutimos as potencialidades do meio radiofónico, particularmente com as transformações que sofreu na era digital, para a educação para os *media*, no âmbito da apresentação do projeto RadioActive Europe. O projeto RadioActive Europe é financiado pela Comissão Europeia através do programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (531245-LLP-1-2012-1-UK-KA3-KA3MP), pelo que cruza os objectivos de educação para os *media* com os de inclusão e empoderamento com vista à criação de competências técnicas e críticas úteis na procura de emprego. Nesse sentido, inscrevemos também a dimensão da capacitação através da investigação-ação no debate sobre a educação para os *media* em comunidades com algum grau de exclusão. No final deste artigo, apresentamos alguns dados preliminares sobre a implementação do projeto em Portugal.

2. A rádio na educação para os *media*

A rádio *online* e os *media* digitais têm-se mostrado, muito em especial nos últimos anos, importantes ferramentas para desenvolver competências pessoais participativas em ambientes informais, com potenciais educativos, particularmente importantes junto de comunidades desfavorecidas e quando são usados para que os participantes sejam parceiros no desenvolvimento dos projetos e adquiram competências válidas para a vida em sociedade e procura de trabalho (Ravenscroft *et al.*, 2011).

A área da educação para os *media* em Portugal evoluiu de uma certa fragmentação (Ponte e Jorge, 2010) para, nos anos mais recentes, ter ganho um lugar de interesse entre académicos (sobretudo da comunicação e da educação), entidades governamentais e da sociedade civil, o que lhe tem conferido uma maior consistência e concertação (Pinto *et al.*, 2011). Se o conceito de educação para os *media* está relativamente estabilizado como consistindo na capacidade dos indivíduos para procurar, avaliar, usar e criar informação de acordo com os seus interesses pessoais, sociais ou educacionais (Khan, 2008; Livingstone, 2003), também engloba diferentes enfoques, desde os *media* como um todo aos digitais, cinema, imagem/audiovisual, informação, publicidade ou consumo.

A educação para os *media* tem sido pensada sobretudo num contexto educativo e pedagógico. Porém, se as concepções de educação para os *media* podem oscilar entre uma forma de pedagogia que utiliza os meios de comunicação e uma forma de empoderar os indivíduos face ao consumo e uso dos *media* (Khan, 2008: 16-17), a segunda tem vindo a revelar-se uma visão mais abrangente, relacionada com um objetivo ulterior que é o de contribuir para uma cidadania ativa, crítica e participativa. Assim, a educação para os *media* não opera apenas num contexto escolar, mas transcende-o para se operacionalizar em contextos institucionalizados ou quotidianos fora do âmbito da escola, precisamente importante em situações em que a escola não se afigura como atrativa para crianças e jovens.

Uma das práticas mais enraizadas que ocorre no contexto da escola, mas que não tem uma dimensão educativa num sentido formal, é a das rádios-escola. Apesar de os jovens

apresentarem um consumo radiofónico tendencialmente menor em contexto convencionalⁱ (Albarran, 2007; Meneses, 2008), a rádio tem demonstrado ser um meio com elevado potencial para a produção de *media* pelos jovens. Em parte, essa apropriação deve-se ao facto de este meio ir ao encontro dos interesses dos jovens pelas questões do lazer, do entretenimento e da cultura, ao mesmo tempo que abre possibilidades para a informação. Entretanto, com os *media* digitais, a convergência permitida foi não só ao nível da produção, mas também da difusão – e ao fim de vários anos de experiências – as escolas dispõem de um interface disponibilizado pelo Ministério da Educação para reunir boas práticas.

No entanto, o papel das rádios na educação para os *media* pode ser pensado em relação ao objetivo do reforço das competências cívicas não só como objetivo último, mas também de uma maior efetivação da inclusão de crianças e jovens, como de outros grupos de cidadãos, através dos *media*. A este nível, podem destacar-se também alguns projetos desenvolvidos no âmbito associativo e de intervenção social, principalmente no domínio da inclusão digital, que reconhecem as potencialidades dos *media* para fazerem cumprir os seus objetivos mais globais. Embora estes esforços fiquem por vezes centrados na questão da segurança, alguns projetos – designadamente do projeto Escolhas, alicerçam-se sobre programas de educação para os *media* através de programas de intervenção, nomeadamente usando a rádio (XL) ou a televisão (Claquete). Também aqui os *media* digitais representam um ganho material, facilitando a acessibilidade tecnológica à produção dos *media*, como será explicado adiante.

Contudo, a potencialidade dos *media* digitais para a criação e participação deve ser vista com cautela, já que estudos, como o do projeto EU Kids Online, revelam que os jovens são sobretudo recetores de conteúdos ou agentes em relações de contacto ou comunicação, mais do que em atividades criativas e produtivas, como seriam a criação de blogues, produção de fotografia ou texto, ou participação em mundos virtuais (Livingstone *et al.* 2011; Ponte *et al.* 2012). Partindo do potencial comunicacional da Web 2.0, o grande desafio nesta área passa pela instituição de projetos que sejam inclusivos em termos dos participantes, nas metodologias e também nos discursos mediáticos que trabalham. Além disso, é importante garantir a sustentabilidade dos projetos, para além do incentivo e do acompanhamento directo dos trabalhos educativos junto dos jovens, de forma a que o realizem por si só autonomamente.

Neste sentido, a concetualização do RadioActive resultou, igualmente, de parte da mais recente abordagem aos chamados Ambientes de Aprendizagem Personalizada (AAP) (traduzido do inglês Personal Learning Environments), que implicam a promoção da aprendizagem individual com ferramentas de acesso livre, numa perspetiva de aprendizagem alternativa. Os AAP são atualmente encarados sobretudo em função das urgências sociais e o *software* é entendido não como repositório mas como uma aptidão, podendo ser alterado e reconfigurado de acordo com as necessidades. Este modelo ecológico centra-se na possibilidade de agência, práticas culturais e estruturas (Ravenscroft *et al.*, 2011). A compreensão deste modelo é particularmente importante quando a tecnologia se destina a trabalhar e a engajar comunidades de pessoas excluídas ou em risco de exclusão do ensino

tradicional e até do emprego. Os modelos podem, assim, ser aplicados aos diferentes contextos das pessoas e comunidades (Pontydysgu, 2012). Os AAP não constituem, assim, apenas modelos de aplicação ou aplicações tecnológicas, mas são, pelo contrário, novas formas de utilização da tecnologia para a aprendizagem. Por conseguinte, o argumento para os usar não é tecnológico mas particularmente pedagógico e até ético e cívico, como promoção da aprendizagem de forma holística, fomentando a responsabilidade pessoal na aprendizagem (Attwell, 2007: 7).

3. Investigar com a comunidade

Por seu turno, a Investigação-Ação Participativa (IAP) (do inglês Participatory Action Research) pode ser definida como um processo colaborativo de pesquisa, educação e ação cuja intenção é, de alguma forma, promover uma determinada transformação social. A IAP inclui uma variedade de atividades que respeitam o princípio da convergência entre pesquisa e intervenção, orientadas para permitir a participação dos indivíduos não só no desenho dos programas, mas também como resultado do seu processo de capacitação. Assim, a IAP propõe-se, entre outras coisas, empoderar os participantes através da pesquisa (Kindon, Pain e Kesby: 2007:1), mas também reforçar a legitimidade da pesquisa através de um maior grau de envolvimento dos indivíduos participantes. Este envolvimento conjunto de investigadores e participantes no processo de implementação de programas, bem como da sua avaliação, torna-se um desafio à hierarquia comum existente na investigação, que de forma vertical coloca o pesquisador em lugar cimeiro em relação aos sujeitos de estudo. Esta é uma forma de promover a presença dos que habitualmente têm sido excluídos como sujeitos e agentes de pesquisa, fomentando uma representação contra-hegemónica da produção de saber e de conhecimento e das capacidades, entre outras dimensões. Uma das divergências em relação à pesquisa tradicional é, precisamente, a atuação coletiva e não solitária do investigador. Os pesquisadores fazem parte de um processo solidário e não solitário, isto é, participativo em que não estão sozinhos e sim num processo coletivo (Cammarota e Fine, 2008: 5).

A IAP tem servido diversos programas educativos (Cammarota e Fine, 2008: 5). A expansão pedagógica alarga-se à agência civil e ao ativismo cívico, temas que nem sempre são abordados na educação formal. A IAP implica entrar num contexto social, político e cultural e que se confronta com a pesquisa tradicional, por tentar oferecer um contraponto aos participantes, ao dar-lhes voz e enriquecimento pessoal no processo em si e nas suas consequências para as suas vidas quotidianas.

O brasileiro Paulo Freire é um dos autores principais no âmbito das metodologias participativas, pois aponta precisamente para esta necessidade de conhecer as realidades em que se investiga, fazendo da investigação um espaço sinérgico.

“O ‘círculo de cultura’ deve encontrar caminhos, que cada um que cada realidade local indicará, através dos quais se alongue em centro de ação política. [...] Somente assim,

na unidade da prática e da teoria, da ação e da reflexão, é que podemos superar o caráter alienador da quotidianeidade” (Freire, 1977/1975: 13).

As ideias de Paulo Freire são fundamentais na implementação de projetos centrados na comunicação participativa e no empoderamento social. Sinal disso são as muitas rádios comunitárias que se foram desenvolvendo na América Latina e sobretudo no Brasil. Além das potencialidades da comunicação oral, estando historicamente ligada ao desenvolvimento educacional em contextos desfavorecidos, a rádio é um meio que se tem transformado enormemente em função da sua aliança com a internet, o que tem relançado as suas potencialidades participativas.

Nunca como agora foi tão acessível a implementação de canais de rádio abertos à comunidade e produzidos por ela. Esses novos projetos de comunicação participativa na internet resultam da confluência de duas linhas tendencialmente convergentes, que a digitalização finalmente cruzou. Por um lado, a democratização do acesso à produção de conteúdos, às suas ferramentas de produção e às próprias plataformas de divulgação; por outro, a longa tradição da rádio enquanto meio de empoderamento dos cidadãos, que tomou – em diferentes épocas e contextos – formas distintas, desde as rádios educativas, às comunitárias e ao próprio serviço público de radiodifusão. Este potencial participativo da rádio permitido pelos *media* digitais é algo que Bertold Brecht evocava já nos anos 30, vendo para além da mera possibilidade de transmissão do meio, e concebendo-o como uma ferramenta de comunicação e empoderamento social: *"O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública (...) se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele"* (Brecht, 2005: 42). A implementação de projetos participativos baseados no potencial da rádio e das redes sociais passa, pois, pela atualização desta visão, à luz das mudanças comunicacionais e de consumo. Isso é particularmente relevante se forem tidos em conta os hábitos de consumo mediático das gerações nativas digitais. Hoje é visível que há uma tendência para um decréscimo no consumo da rádio hertziana pelos jovens e que as tecnologias móveis estão intimamente ligadas aos seus quotidianos. Aliás, a internet tem uma dimensão ubíqua na vida dos jovens (Albarrañ, 2007; Vahlberg, 2010; Taborda, 2010).

Por outro lado, a construção europeia tem sido baseada na promoção da coesão social e do diálogo intercultural. Ao nível dos *media*, isso revela-se na protecção de uma ecologia mediática que promova a democracia, a diversidade, a tolerância e a própria educação para os *media*ⁱⁱ. Nesse sentido, o Conselho da Europa tem destacado o papel e as responsabilidades dos meios públicos, comerciais e também dos chamados *media* comunitários, ou de terceiro setor, como uma alternativa aos dois primeiros gruposⁱⁱⁱ. Também as Nações Unidas advogam um equilíbrio na distribuição de frequências entre os três setores. Porém, visto que em muitos países (entre os quais Portugal) não há enquadramento adequado às especificidades dos *media* comunitários, a internet afigurou-se como uma resposta propícia para esses contextos, flexibilizando as possibilidades comunicacionais para grupos de minorias, por exemplo.

A democratização da produção de conteúdos de rádio, possibilitada pela internet, concretiza-se, por exemplo, no *podcast*, que se assumiu como símbolo da escuta não-linear da rádio, uma

das várias tendências que caracterizam a nova idade deste meio. O *podcast* é uma das faces da nova “r@dio” (Cordeiro, 2011), que ilustra bem a democratização da produção sonora e a ampliada mobilidade temporal e espacial do conteúdo radiofónico. A flexibilidade surge, portanto, também ao nível do consumo.

Em Portugal, a história da *webradio* remonta à segunda metade dos anos 90, altura em que surgiram os primeiros projetos de rádio exclusivamente na internet.

Combinadas as dimensões da facilidade de produção e controlo sobre a escuta pelo ouvinte, o *podcast* assumiu-se frequentemente também como um apoio alternativo ao método de ensino presencial e à distância. Por permitir o *download* do ficheiro, o docente pode disponibilizar diversos conteúdos didáticos que o aluno pode depois ouvir a qualquer hora, em qualquer lugar e quantas vezes quiser. Além disso, a própria construção de um *podcast* por um aluno implica da parte deste uma atenção redobrada e um reforço dos cuidados nos conteúdos a inserir, o que acaba por permitir uma melhor assimilação. Em Portugal, o Netradio e a ESEC Rádio^{iv} foram alguns dos pioneiros. Efectivamente, a facilidade de implementação, o potencial educativo e a capacidade de envolver os participantes tornaram estes projetos particularmente interessantes em contextos educativos, nomeadamente, em universidades.

4. O RadioActive em Portugal

O projeto europeu RadioActive, financiado pela Comissão Europeia através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, baseia-se num modelo pedagógico que favorece o empoderamento através da rádio na internet e dos *media* sociais. A escolha destas plataformas para a implementação do projeto não teve só a ver com a aproximação ao consumo mediático e aos processos de socialização dos jovens, mas também com razões práticas que têm a ver com os baixos custos de difusão e a não obrigatoriedade de licença para difusão na internet, ao contrário da rádio em FM. Além disso, está também na filosofia do projeto edificar-se sobre redes sociais já existentes nos parceiros, mais uma vez por razões práticas e estratégicas, já que a metodologia seguida permite que a tecnologia usada seja replicável e que a estação de rádio seja flexível também geograficamente (Ravenscroft *et al.*, 2011).

Outra das opções de fundo – e inovadoras – do RadioActive tem que ver com a sua projeção para a participação ativa em comunidade (Ravenscroft *et al.*, 2011), elemento que constitui, de resto, uma das inovações do projeto: a aprendizagem informal através destes meios como alicerçada na promoção e o desenvolvimento de aproximações pessoais e sociais. Neste sentido, os *media* sociais são utilizados como elementos principais numa perspectiva construtivista e centrada no diálogo: “Novas paisagens para o diálogo”, como propõe Andrew Ravenscroft (2011: 139), mentor do projeto. As ferramentas de aprendizagem devem, pois, assegurar bases para que os sujeitos sejam capazes de pensar, racionalizar e analisar. Como aponta Andrew Ravenscroft (2011), que tipo de diálogo é necessário e que formas e géneros estão implicados na realização de atividades que suportam essa rede de aprendizagem?

O RadioActive Europe está a ser implementado em cinco países, entre os quais Portugal^v, e procura desenvolver uma plataforma na internet para uma rádio pan-europeia, incorporando a ferramenta de Web 2.0.

Para além de contribuir para que os jovens participantes reforcem as suas competências digitais úteis na inserção no mercado de trabalho (não só com a produção de programas de rádio para a plataforma de rádio em si mesma, mas também com atividade a desenvolver noutras plataformas digitais de apoio e gestão de projeto), tem como objetivos contribuir para que se tratem assuntos de inclusão e de cidadania ativa e por fim melhorar os níveis educacionais, muito em especial nos casos que se enquadram em exclusão escolar. Esta perspectiva insere-se no espírito da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, que aponta para competências essenciais de desenvolvimento pessoal, para o exercício de uma cidadania ativa e para a inclusão social e emprego, incluindo comunicação na língua materna e em línguas estrangeiras; competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia; competência digital; aprender a aprender; competências sociais e cívicas; espírito de iniciativa e espírito empresarial; sensibilidade e expressão culturais.

Para que o RadioActive se desenvolva sobre estes princípios, uma das primeiras fases do trabalho consiste na problematização do que significa concetualizar a mudança. Por isso, é necessário analisar e conhecer bem o grupo que irá construir o projeto. A ideia do RadioActive é focar a proposta nos interesses pessoais, nas paixões, nos conhecimentos digitais já existentes e nas práticas performativas em contexto *online* e *offline*. Assim, é importante que os proponentes do projeto no terreno não sejam encarados apenas como *experts*, mas que os jovens sejam envolvidos nessa experiência, para que a formação tenha um sentido de cascata, com enfoque inicial nos que vão trabalhar diretamente com os jovens, nomeadamente os monitores das instituições que acolhem o RadioActive em Portugal.

Em Portugal, a fase inicial do projeto pressupõe a aplicação em dois centros Escolhas (Porto e Coimbra) junto de jovens entre os 15 e os 24 anos, entre Março de 2013 e Dezembro de 2014. O Programa Escolhas teve origem a 9 de janeiro de 2001, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, e está já na sua quinta geração, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2012 para o triénio 2013-2015. Entre os principais objetivos do Escolhas estão a promoção da igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, através da promoção da inclusão social de crianças e jovens em contextos socioeconómicos mais vulneráveis.

A implementação desenvolve-se, então, no Porto, nos projetos Metas (com experiências anteriores de uso de rádio escolar) e Catapulta (projeto recente sem experiência de rádio); e em Coimbra, no Trampolim, que é um projeto no qual alguns dos participantes têm experiência de desenvolvimento de uma *web tv* e de uma *newsletter online*. A escolha destes locais teve em conta a identificação de necessidades e de capacidades encontradas nos centros envolvidos (quer dos técnicos, quer dos jovens). Nos centros já foram identificados participantes que não têm qualquer experiência de rádio *online*, mas também aqueles que podem funcionar como impulsionadores de conhecimento devido às experiências anteriores em

contexto escolar. Um dos objetivos do RadioActive é contribuir para o reforço e o aumento da confiança dos participantes, através da melhoria de capacidades de uso da tecnologia, da conversação, da exposição perante um público.

A implementação no terreno inclui um plano de *workshops* dinamizados pela equipa do RadioActive, em colaboração com os monitores dos centros de acolhimento, entre a primavera de 2013 e o final do ano de 2014. Na fase inicial dos *workshops*, é discutido o modelo editorial do projeto. Esse modelo já está delineado como orientação, mas poderá sofrer ajustes em função dos *inputs* das comunidades envolvidas. Esta adaptação aos meios específicos decorre, em grande parte, de reuniões de grupos focais realizadas com os participantes no início do projeto, cujos resultados serão depois tratados qualitativamente.

5. Conclusões

A implementação do RadioActive Europe em Portugal encerra, acreditamos, grande potencial para a prossecução de um programa de educação para os media. A apresentação deste artigo no âmbito do 2º Congresso Media, Literacia e Cidadania pretende dar a conhecer os propósitos deste projecto, mas também contribuir para a agenda da educação para os *media* no nosso país, (re)inscrevendo tanto as potencialidades do rádio, sobretudo da rádio em tempos digitais, em termos de maior personalização e flexibilização; como também da investigação-ação, para um processo mais inclusivo e um verdadeiro empoderamento dos cidadãos envolvidos, sobretudo jovens.

Referências bibliográficas

Albarran, Alan B. , Tonya Anderson, Ligia Garcia Bejar, Anna L. Bussart, Elizabeth Daggett, Sarah Gibson, Matt Gorman, Danny Greer, Miao Guo, Jennifer L. Horst, Tania Khalaf, John Phillip Lay, Michael McCracken, Bill Mott & Heather Way (2007). "What Happened to our Audience?" Radio and New Technology Uses and Gratifications Among Young Adult Users, *Journal of Radio Studies*, 14:2, 92-101

Attwell, Graham (2007). "Personal Learning Environments - the future of eLearning?" *ELearning Papers* (www.elearningpapers.eu), Vol 2, Nº 1.

Brecht, Bertolt (2005). Teoria da Rádio. In: E. MEDITSH, ed. Teorias do Rádio: textos e contextos, volume I. Florianópolis: Editora Insular, pp. 35-45. Publicação original: 1932.

Cammarota, Julio e Fine, Michelle (2008). Youth Participatory Action Research: A Pedagogy for Transformational Resistance. *Revolutionizing education: Youth participatory action research in motion*. Cammarota e Fine. Oxon: Routledge.

Cordeiro, Paula (2011). Not Radio, but R@dio. *Radio Days Europe*. Copenhaga, Março.

Freire, Paulo (1977/1975). *Educação e consciencialização política*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Khan, Abdul Waheed (2008). Introduction. *Empowerment Through Media Education: An Intercultural Dialogue*. Carlsson, U., Tayie, S., Jacquinet-Delaunay, G., Tornero, J. M. P. (eds.). Gotemburgo: Nordicom.

Kindon, S., Pain, R. e Kesby, M. (2007). Introduction: Connecting people, participation and place. *Participatory action research, approaches and methods: Connecting people, participation and place*. Kindon, Pain e Kesby. London and New York: Routledge.

Livingstone, Sonia (2003). "The changing nature and uses of literacy". *Media@LSE electronic working papers*, 4. Londres: LSE. In <http://eprints.lse.ac.uk/13476/>, consultado em 10-Mar-2013.

Livingstone, Sonia, Haddon, Leslie, Görzig, Anke, & Ólafsson, Kjartan (2011). *Risks and safety on the internet: The perspective of European children. Full findings*. London: EU Kids Online. <http://eprints.lse.ac.uk/33730/>, consultado em 10-Março-2013.

Meneses, J. P. (2008). *A Decadência da Rádio Funcionalista Pelos Consumidores Activos da Internet*. Tese de doutoramento, Facultad de Ciencias Sociales y de la Comunicación da Universidad de Vigo.

Pinto, Manuel, Pereira, Sara, Pereira, Luís, Ferreira, Tiago D. (2011). *Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Ponte, Cristina e Jorge, Ana (2010). "Media Education in Portugal: a building site", *Journal of Media Literacy*, 57, 1-2: 56 - 61.

Ponte, Cristina, Jorge, Ana, Simões, José Alberto, e Cardoso, Daniel S. (2012). *Crianças e Internet em Portugal: Acessos, usos, riscos, mediações – Resultados do inquérito europeu EU Kids Online*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Prata, N. (2009), "A webradio em Portugal", *Estudos em Comunicação*, 6: 293-315.

Ravenscroft, Andrew (2011). "Dialogue and Connectivism: A New Approach to Understanding and Promoting Dialogue-Rich Networked Learning". *International Review of Research in Open and Distance Learning*, Vol. 12.3.

Ravenscroft, A, Attwell, G., Stieglitz, D, Blagbrough, D. (2011). 'Jam Hot!' Personalised radio ciphers through augmented social media for the transformational learning of disadvantaged young people. Full paper accepted for Proceedings of the Personal Learning Environments (PLE) Conference 2011, Southampton, UK, 11-13 July 2011.

Taborda, M. (2010). *A utilização de internet em Portugal*. Lisboa Internet and Networks Institute.

Toffler, Alvin (1980). *The Third Wave*. New York: Bantam Books

Vahlberg, V. (2010). *Fitting into their lives: a survey of three studies about youth media usage*. Newspaper Association of America Foundation. http://www.americanpressinstitute.org/docs/foundation/research/fitting_into_their_lives.pdf

William Siemerling (2000): Radio, Democracy and Development: Evolving Models of Community Radio, *Journal of Radio Studies*, 7:2, 373-378

Documentos oficiais:

Declaration of the Committee of Ministers on the role of community media in promoting social cohesion and intercultural dialogue.

Diário da República, 1.ª série — N.º 248 — 24 de Dezembro de 2010,

Assembleia da República -Lei n.º 54/2010 de 24 de Dezembro

Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2006 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida.

Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Setembro de 2008, sobre os meios de comunicação comunitários na Europa (2008/2011(INI)).

Internet:

Learning with 'e's (2013). Consultado por diversas vezes: <http://steve-wheeler.blogspot.pt/2010/07/physiology-of-ple.html>

Ministério da Educação. Consulta em 4 Março 2013: <http://moodle.crie.min-edu.pt/course/view.php?id=550>

Pontydysgu: Bridge to learning (2013). Consultado por diversas vezes: <http://www.pontydysgu.org/2012/08/control-and-ownership/>

ⁱ Embora os dados recolhidos pelo painel de audiências de rádio se refira apenas a maiores de 15 anos: pode ler-se no site da Marktest sobre o Bareme Rádio: "O Bareme-Rádio estuda o universo constituído pelos indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental". (in <http://www.marktest.com/wap/a/grp/p~4.aspx>, consulta em 25 Abril 2013).

ⁱⁱ Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Setembro de 2008, sobre os meios de comunicação comunitários na Europa (2008/2011(INI)).

ⁱⁱⁱ Declaration of the Committee of Ministers on the role of community media in promoting social cohesion and intercultural dialogue.

^{iv} Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC).

^v O projecto é liderado pelo Reino Unido, e é ainda aplicado na Alemanha, Roménia e Malta.